



PROPOSTA | Objetivo é acabar com boato de fechamento de escolas

Audiência pública discute educação especial na rede municipal do Rio

Na próxima segunda-feira, dia 9 de maio, será realizada uma audiência pública para tratar dos rumos da Educação Especial e da Política de Educação Inclusiva no município do Rio de Janeiro. O encontro acontecerá às 13h30min, no plenário da Câmara Municipal.

O evento, chamado de "Educação Especial na Perspectiva Inclusiva - análise da conjuntura", contará com a participação de secretária municipal de Educação, Cláudia Costin, a diretora do Instituto Helena Antipoff, Kátia Nunes, e a professora Cristina Delou, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). A expectativa é que, além deles, 2 mil responsáveis de alunos com deficiência estejam presentes.

O encontro é uma iniciativa do vereador Paulo Messina

(PV), presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Sua expectativa é que a audiência sirva para acabar com os boatos de que a Prefeitura fechará as escolas especiais.

"Espero que sirva, principalmente, para tranquilizar os pais. As escolas especiais não vão acabar. Mas estamos fazendo um trabalho de adaptação das escolas para receber esses alunos. Estamos em um processo de colocá-las em condições para incluir alunos com deficiência. Isso inclui sala de recursos para as crianças com deficiência, capacitação de professores, colocação de facilitadores para fazer a mediação entre aluno e professor" afirmou o vereador.

Esta é a segunda vez que o vereador promove um encontro sobre o tema. A primeira foi em 2009, após ser

procurado por pais de alunos com deficiência apreensivos com os rumores de que a prefeitura incluiria os alunos em escolas normais. Na ocasião, Cláudia Costin assumiu o compromisso, diante de mais de 500 responsáveis, de que nenhum aluno com deficiência seria incluído em turmas regulares sem a aprovação dos pais.

Além disso, também foi criado um grupo de trabalho formado por responsáveis, com um representante e um suplente por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), para acompanhar a implementação da política de educação inclusiva no município. "A cada dois meses eles fazem uma reunião com a secretária para falar sobre a dificuldade encontrada e realizar os ajustes necessários", explicou.